CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 2132/88
INTERESSADA: DEBORAH CÂMARA BATISTA
ASSUNTO: Equivalência de Estudos
REIATORA: Cons^a Maria Auxiliadora A.P.Raveli
PARECER CEE N° 1203/89 APROVADO EM 29/11/89

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO:

1.1. Deborah Câmara Batista através de seu pai, Dennison Batista, dirige-se a este Colegiado a fim de solicitar sejam os estudos que realizou na Associação Escola Graduada de S.Paulo, no ano letivo de 1987/88, declarados equivalentes aos de nível de conclusão da 2^a série do 2^o grau.

1.2 Conforme declaração expedida pela referida escola a aluna cursou:

1.2.1 no ano letivo de 1986/87, a 1^a série do 2^o grau do sistema brasileiro;

1.2.2 no 2^o semestre de 1987, após desligar-se do curso do sistema brasileiro matriculou-se no "curso do sistema estrangeiro", cursou, com aproveitamento no ano letivo de 87/88, as seguintes disciplinas: Literatura Americana, Inglês, Ed. Física, Matemática e Química.

1.2.3 no ano de 1988, cursou, durante um bimestre, as disciplinas: Língua Portuguesa, Inglês, Ed.Física, Matemática e Física.

1.3 Em atendimento a pedido feito pela Assistência Técnica, por via telefônica, a interessada juntou:

1.3.1 -fichas individuais referentes a 1 ano de escola infantil "Barat-Burn", Convent of the Sacred Heart", de Nova Gales

do Sul/Austrália e às séries primárias que realizou fls. 6/11;

1.3.2 - tradução juramentada de documento expedido pela "American School of Madrid"- Espanha, onde, às fls. 4, lê-se "Recomenda-se que sua criança seja colocada no conceito/nível 7, durante o ano letivo de 1983/84. Nesse estabelecimento, a aluna realizou estudos no ano letivo de 1982/83- fls.12-18;

1.3.3 - histórico escolar, redigido em Inglês, expedido pela Escola Americana do Rio de Janeiro, referente a estudos (sistema estrangeiro) realizados nos anos letivos de 1983/84 e 1984/85, 1985/86 dos graus 7º, 8º e 9º -fls.19-20;

1.3.4 - histórico escolar expedido pela U.E. supracitada, referente aos estudos realizados no mesmo período nas 7ª e 8ª séries do 1º grau, mas redigido em Português - fls.21/22;

1.3.5 - ficha individual expedida pelo mesmo estabelecimento, referente à 1ª série do 2º grau, datado de 27 de julho de 1986 - fls.23;

1.3.6 - Certificado de conclusão do 1º grau expedido pela Escola Americana do Rio de Janeiro, datado de 25 de junho de 1986, fls. 24.

1.3.7 - declaração da mesma instituição em que se afirma que a aluna foi para lá transferida "em agosto/83, com estudos realizados em Madrid, Espanha, na 6ª série do 1º grau- matriculada na 7ª série de acordo com a avaliação procedida e a recomendação do histórico anterior"- fls.25;

1.3.8 - cópia da Deliberação nº 13/76- CEE do R.J. que trata de matrícula por transferência- fls.26;

1.3.9 - ficha individual da aluna expedida pela Associação Escola Graduada de S.Paulo referente aos estudos que a aluna rea-

lizou, no ano letivo de 1986/87- 1ª série do 2º grau- fls.27;

1.3.10 - documento dirigido pelos pais da aluna, em 17-8-87, à direção do Programa Brasileiro de Associação Escola Graduada de S.Paulo, nos seguintes termos:

"Por motivo de ordem particular, pedimos o desligamento de nossa filha Deborah Câmara Batista do Programa Brasileiro.

Entendemos o que isso significa e nos responsabilizamos pelas consequências desse ato". (g.n) - fls.28.

1.4 - Após 1ª análise do protocolado, esta Conselheira entendeu necessário baixá-lo em diligência para que a Delegacia de Ensino a qual está jurisdicionada a Associação Escola Graduada de São Paulo esclarecesse a respeito dos documentos apresentados por ocasião da matrícula da aluna na 1ª série do 2º grau e para completar os dados do histórico escolar referentes à 1ª série do 2º grau no sistema de ensino brasileiro - fls.33.

1.5 - O expediente retornou a este Conselho com dados complementares ao histórico do 1º grau e da 1ª série do 2º grau.

1.6 - Com os dados fornecidos nos autos, pode-se concluir que a situação escolar da aluna encontra-se regular até a 1ª série do 2º grau.

2. APRECIÇÃO:

Como foi visto no histórico, trata-se de pedido de equivalência de estudos realizados em "curso livre" não-pertencente ao sistema estadual de ensino.

Entendemos que fazer equivalência desses estu-

dos com os do sistema de ensino brasileiro é fazer uso indevido do instituto da equivalência. Este se refere a estudos realizados no exterior de acordo com a legislação vigente no país onde foram realizados, não a estudos realizados no Brasil, em cursos que não cumprem as normas estabelecidas pela legislação de ensino brasileira. Para efeito de caracterização desses cursos, organizados à margem do sistema de ensino brasileiro, são denominados "cursos livres", já que não cumprem as obrigações que a legislação de ensino brasileira impõe quanto a objetivos, currículo, habilitação do corpo docente condições de funcionamento etc. Não são inclusive supervisionados pelas autoridades da S.E.

A atual Constituição, no seu art. 209, estabelece que o ensino é livre à iniciativa privada atendida entre outras condições a autorização do Poder Público e o cumprimento das normas gerais da educação nacional.

O último Parecer deste Colegiado sobre o assunto foi o de nº 1285/88 de 09-11-88 que reitera posições já assumidas pelo Colegiado nos Pareceres CEE nºs 1627/81, 2053/81, 1985/84, 686/83. A CLN também se pronunciou na mesma linha através do Parecer 262/88 afirmando que os cursos livres não são reconhecidos para fins legais e funcionam a margem da Secretaria do Estado da Educação e do CEE. Os Pareceres aqui citados afirmam, claramente que os cursos livres, por sua própria natureza não podem beneficiar-se da equivalência porque, antes da comparação dos currículos, se põe o problema do controle do ensino que em tais estabelecimentos é inexistente".

A posição do CFE sobre o assunto é a mesma expressa nos Pareceres aqui citados o que fica claro pela leitura do Parecer CFE nº 109/87.

Somos portanto pelo indeferimento do solicitado, reiterando posição já assumida no Parecer 1285/88. Além dos motivos já expostos entendemos que reconhecer os estudos realizados por Deborah Câmara Batista, no curso livre mantido pela Associação Escola Graduada de S.Paulo é dar injustificadamente um tratamento diferenciado a este caso em relação ao restante da população que frequenta cursos à margem do sistema estadual de ensino.

3. CONCLUSÃO:

Indefere-se o pedido de equivalência de estudos realizados por Deborah Câmara Batista no "curso livre" mantido pela Associação Escola Graduada de São Paulo.

São Paulo, 1º de novembro de 1989.

a) Cons^a MARIA AUXILIADORA A.P.RAVELI
RELATORA

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

O Conselheiro Celso de Rui Beisiegel, absteve-se de votar.

Sala "Carlos Pasquale", em 29 de novembro de 1989.

a) Cons^o Francisco Aparecido Cordão
Presidente